EDITORIAL – O LOCAL E O GLOBAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A ideia desse número surgiu de um duplo problema. Em primeiro lugar, como conceber uma crítica ao capitalismo que considerasse seu desenvolvimento heterogêneo, não a partir de uma visão monolítica, mas analisasse suas desigualdades e desequilíbrios internos, principalmente em um âmbito espacial? E nesse aspecto, abria-se a segunda problemática: como, a depender de onde nos situamos, podemos representar o capitalismo, perceber suas relações sobretudo sociais, em que nossa posição local conceba, ao menos imaginariamente, a Totalidade desse sistema? De certo modo, não é injusta a afirmação de que esses dois problemas se articulam através de um eixo mais fundamental, a saber, a questão espacial do capitalismo.

Análises críticas sobre o Capital, no que se refere ao tempo, são já tradicionais. Essas abarcam temáticas diversas, indo desde problemas sobre a jornada diária de trabalho até ciclos produtivos (modos de produção) definidos por categorias epocais, historicamente determinadas. Desde o tempo cronológico ao tempo histórico, essas questões estiveram presentes no campo crítico. Em relação ao problema espacial, dois pontos merecem atenção. O primeiro diz respeito às análises sobre o imperialismo e o subsequente enfoque desenvolvimentista – que colocaram em evidência temas de ordem global e deram respaldo para os movimentos anticoloniais, agrupando problemas de gênero e raça como também passíveis de serem tratados pelo marxismo. A análise espacial não se esgota no seu espectro geopolítico, mas também envolve questões urbanas e fundiárias, a relação entre campo e cidade, assim como o modo como experienciamos a espacialidade. É nesse sentido que podemos considerar de que modo o Capital criaria organizações espaciais próprias, modificando nosso entorno (exteriormente a nós), mas também as próprias relações que estão em seu interior.

Voltando ao duplo problema que nos deu fôlego para o tema do presente número, buscamos discutir o capitalismo em sua complexidade a partir da questão espacial: pois, se de um lado, as assimetrias desse sistema se manifestariam como diferenças regionais, diversidades visíveis quando nos situamos em uma perspectiva global – regiões centrais coexistindo com áreas periféricas – e, de outro, o capitalismo, enquanto sistema multidimensional, estruturaria realidades fragmentárias e descontínuas, constantemente gerando espaços lacunares – seja entre campo e cidade, entre o centro e as margens, o ocidente e o "resto", o singular e o Total.

Desse modo, no presente número, são oferecidos textos que giram ao redor desses pontos, que têm no seu cerne a problemática espacial e as fragmentações do sistema capitalista. Começando com uma tradução de um texto de Chiara Bottici e Benoît Challand, originalmente publicado na *Crisis and Critique*, nos detemos sobre o debate do estatuto politicamente soberano e territorial no que concerne à Europa e o projeto europeu. Tendo funcionado historicamente como um parâmetro civilizacional, os autores buscam demonstrar como há no próprio desenho do que seria a Europa (e subsequentemente a União Europeia) uma contradição fundamental: de que modo conciliar um discurso de garantia de direitos, que funda a visão eurocêntrica, com um processo sub-reptício e imanente de exclusão, marginalização e subjugação de todo o resto? Esse resto se configurando justamente como as antigas áreas coloniais, que não só estão "fora" do projeto Europa, como ainda representam a própria condição de possibilidade para que o projeto funcione? Há, assim, a flagrante evidência de que a efetivação e continuidade da Europa e do projeto europeu implicam na constante manutenção da distinção entre aqueles que são "de dentro" daqueles que são "de fora".

Enquanto denúncia do projeto eurocêntrico, torna-se necessário considerar de que modo uma crítica ao capitalismo encontraria particularidades significativas no contexto das periferias, sobretudo dentro da realidade latino-americana – de modo a contemplar as nuances e particularidades das elaborações marxistas na América do Sul. Pedro Dallacosta Chiarani nos oferece então um panorama amplo e sintético do que seriam as formulações marxistas em nosso continente, não só por uma perspectiva exclusivamente teórica, mas considerando também as implicações práticas (militantes e de resistência) locais. O que se percebe é como o marxismo latino-americano teria se ajustado aos problemas regionais através de correntes diferenciadas que, por isso, impediram uma visão única da teoria marxista. É desse modo que Chiarani concebe alguns elementos indispensáveis para isso: (i) o problema étnico; (ii) a definição do que seria a economia latino-americana (e como essa se adequaria ou não às noções de modos de produção e de configuração agrária); (iii) o elemento de resistência política; e (iv) o questionamento de qual seria a melhor abordagem metodológica para análise da realidade capitalista da América do Sul. É dentro dessa orientação teórica que observamos como Chiarani apresenta as obras de Caio Prado Jr., a teoria da dependência (principalmente com Theotônio dos Santos), Lélia González (salientando o aspecto interseccional entre raça e classe da autora) e, por último, Enrique Dussel.

O artigo de Mirian Kussumi, por sua vez, se centra sobre a própria noção de capitalismo periférico e suas implicações sobretudo no que se refere ao trabalho. Abordando a teoria dos sistemas-mundo e a teoria marxista da dependência, a autora busca dar os contornos das formações sociais capitalistas periféricas em contraste e em interdependência com as dos países de centro. Para tanto, torna-se necessário abordar as próprias origens do capitalismo e como suas raízes remontam ao processo de colonização – tendo no horizonte as tendências intrínsecas do Capital de promover uma auto-expansão com a finalidade de acumulação. É nesse sentido que se descortinam as transformações estruturais sofridas por áreas pré-capitalistas (normalmente antigas colônias) que passam a ser incorporadas ao capitalismo, já dentro de um alcance global. Para tanto, autores chaves que produziram durante as décadas de 60 e 70 são utilizados – de modo a demonstrar tais mudanças fundamentais, sendo a principal delas, a questão do trabalho. O texto aborda, então, três concepções cruciais para um sentido periférico do trabalho: i) a noção de formas híbridas de controle do trabalho, ideia de Aníbal Quijano que demonstra, justamente, como o modelo de trabalho livre e assalariado coexistia com tipos diversos de atividades laborativas (inclusive, servidão e escravidão nas Américas); ii) a noção de trocas desiguais da teoria marxista da dependência, principalmente com a obra de Samir Amin; iii) a divisão internacional do trabalho de Wallerstein, que demonstra como lugares periféricos teriam modos laborais profundamente diferenciados dos referentes aos países de centro, em especial, no que se refere à precarização e informalidade. Por último, a autora ainda demonstra como tais áreas periféricas, com suas respectivas formações sociais, demonstram determinações de gênero e de raça que implicam em hierarquizações generificadas e raciais dentro de um escopo global, assim como os seus efeitos no que tange à divisão internacional do trabalho wallersteiniana.

O ensaio coletivo "A divisão da divisão do trabalho" relaciona o quadro de referência da teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein com dois elementos importantes do pensamento de Alfred Sohn-Rethel, a saber: a crítica da epistemologia a partir de sua noção da *abstração real*, e, correlacionada a esta última, a frequentemente ignorada noção da *síntese social*. Se a primeira noção consiste na tese de que as abstrações de pensamento que tomamos como oriundas da filosofia e da ciência matematizada têm sua origem na abstração da troca de mercadorias, que termina por igualar dois elementos sem qualquer característica *empírica* em comum, donde a noção de que se trata de uma abstração *real*, performada em ato e não em pensamento, a segunda noção dá um sentido operacional à abstração, no sentido em que é pela abstração real que sociedades onde a produção, feita em foro privado, chegam a ser "costuradas" num todo social coerente. O ensaio procura relacionar este fenômeno da costura social operada pela troca ao contexto mais amplo oferecido pela teoria de

Wallerstein, mostrando como as trocas desiguais constituem um todo social caracterizado pelo "desenvolvimento desigual e combinado" e acarretando a heterogeneidade nas formas de abstração vigentes ao longo do globo terrestre. Este último achado implica a pregnância do "ponto de vista da periferia" na detecção da trajetória da abstração no capitalismo em sua trajetória de acumulação e expansão.

Em consonância com essas questões, Josué Völz e Tiaraju Duarte consideram as modificações espaciais advindas do capitalismo a partir da chave teórica da escala, sobretudo no que se refere ao movimento de expansão e contração dos ciclos de acumulação do capitalismo na realidade agrária. Nesse artigo, a concepção de escala é entendida dentro de diferenças relacionais que se estruturam socialmente, se expressando em escalas geográficas como articulações de relações hierárquicas inerentes ao próprio capitalismo. Embora essa visão soe muito abstrata, os próprios autores sugerem exemplos dessas diferenciações escalares, tais como uma reorganização do trabalho, o *gap* econômico entre países e diferenças de circulação de mercadorias e informações (principalmente com o advento da globalização). Essas transformações mudam essencialmente o campo brasileiro com inovações como: (i) mecanização da produção principalmente agrícola; (ii) intensificação de uma divisão internacional do trabalho; (iii) incorporação da produção ao mercado internacional. Em suma, uma intensificação do meio-técnico-informacional, expressão de Milton Santos, referência fundamental para os autores. O resultado dessas modificações de dimensão escalar é a própria transformação das paisagens em que o capitalismo reorganiza o espaço a partir de novas oportunidades de acumulação, que na fase da globalização se firma com grandes organizações a nível mundial, articulando técnicas hegemoneizantes na produção (tanto informacional quanto econômica) e na política (como a padronização de modos de saber e produzir).

Questões sobre o problema agrário são também analisadas por Reginaldo Scheuermann Costa e Ricardo Gellert Paris Junior, que tomam a realidade rural moçambicana como objeto de pesquisa. Apresentando uma abordagem teórica e de pesquisa de campo, os autores buscam compreender de que modo a lógica do Capital a nível mundial gera tensões de natureza imperialista em Moçambique – principalmente a partir do programa SUSTENTA, um programa de desenvolvimento rural implementado pelo governo moçambicano e financiado pelo Banco Mundial. Embora o objetivo central de tal iniciativa tenha sido o crescimento produtivo agrícola, pelo contrário, essa ação teria funcionado como um desagregador do modo de produção coletiva (levado a cabo tradicionalmente por aldeias comunais). O que os autores buscam demonstrar é como o SUSTENTA coroa um longo processo de liberalização econômica (marcado por privatizações e atração de investimentos externo) que não teria desencadeado melhoras nos índices sociais do país. Associado a megaprojetos de infraestrutura que visam crescimento econômico, tem-se a contradição de empreendimentos produtivos que, contudo, não desenvolvem Moçambique sob o ponto de vista social. É nesse sentido que os autores demonstram a relação entre agronegócio (que prolifera na realidade moçambicana) e a crise ambiental, que instaura a própria degradação do meio ambiente como marca do Antropoceno.

Voltando para a realidade latino-americana, Daniel Henrique da Mota Ferreira considera os impactos da pandemia de COVID-19 em uma comparação do âmbito global e local, principalmente nos países do Equador, Paraguai e Brasil. No seu texto, o autor discute o potencial de crise no caso pandêmico, que se desdobra entre crise sanitária e política. A pandemia teria desvelado desigualdades intrínsecas ao capitalismo, demonstrando os desequilíbrios entre os países dos centros e das periferias desse sistema, o que demonstra a fragilidade das áreas periféricas em lidar com um quadro emergencial dessa magnitude. Isso põe a mostra um outro tipo de crise referente ao próprio modelo de desenvolvimento econômico que será lido pela perspectiva da escola econômica da regulação (que vê padrões distintos de acumulação dos vários Estados em uma lógica de desigualdades). Além disso, o autor também mobiliza uma interpretação política ao salientar as deficiências da capacidade estatal de

lidar com a crise – aqui, entra o conceito foucaultiano de biopolítica para a compreensão de gerenciamento da vida, em que tecnologias de controle populacional surgem a partir de aparatos institucionais gerindo quem é incluído e excluído do corpo biológico. Nos países periféricos, vê-se a atrofia da capacidade estatal em lidar com tais crises e o diagnóstico do autor é que se deve buscar saídas positivas que não apostem no Estado como única forma legítima de organização política – o que envolve a retomada de um tipo de organização comunitária nas políticas de vida, sobretudo na área da produção de cuidados. O ganho com essa saída é reconsiderar o bem-estar comunitário a partir da ótica do pertencimento que molda a compreensão do comum, com movimentos populares, sociais e coletivos que performam uma inclusão culturalmente própria das realidades locais latino-americanas.

No artigo de Lorenzo Bicca Estivallet, observamos o desenvolvimento da crítica capitalista através da mobilização da teoria de Iris Marion Young, especificamente através do debate sobre a organização e configuração urbana. No texto, o autor apresenta formas de opressão que caracterizam as cidades e que se configuram como expressões de injustiça social. É nesse sentido que experiências de segregação socioespacial serão definidas a partir de cinco eixos específicos: i) exploração, entendida como dominação de classe, e que geraria privação material de trabalhadores e ausência de controle sobre as atividades laborais executadas; ii) marginalização, ou seja, experiências de dominação e opressão pela exclusão social que, a partir da expansão do tecido social, surge como periferização nas cidades; iii) impotência, relativa à falta de autoridade, status social e um senso de si distorcido; iv) imperialismo cultural, que implica na normalização da experiência de um grupo dominante, que se sobrepõe às formas de vida dos indivíduos membros dos grupos subalternos no que se refere às relações urbanas; e v) violência, relativa a ações repressivas do Estado, principalmente por forças policiais, assim como ataques a grupos minoritários. Ao articular a obra de Young, o autor busca compreender como as cidades sofrem sobretudo com a falta de acesso à infraestrutura e serviços, levando a uma constante segregação que tende a excluir e oprimir grupos menos favorecidos – tanto sob o ponto de vista material quanto relativamente a minorias que se tornam cada vez mais excluídas dos centros das cidades.

No artigo de Matheus Henrique da Mota Ferreira, observamos a articulação de duas abordagens até então não muito explorada: questões relativas à colonialidade com suas implicações ambientais e epistemológicas, que são lidas à luz de referências marxistas – mais especificamente a noção de mapeamento cognitivo de Jameson e de síntese social de Sohn-Rethel. Em relação às questões ambientais, o autor busca considerar a obra de Arturo Escobar, apontando como a descolonização do saber ambiental/natural implicaria não só em uma crítica epistêmica, mas a própria ressignificação das noções de ambiente e natureza. Para Escobar, a fase capitalista da globalização teria instituído uma cultura global que se sobrepõe às culturas locais – principalmente modelos de natureza que se situam em relações fundamentais com o território. Abre-se, assim, uma reflexão sobre a própria ideia do que seria o lugar, não tomado como uma entidade fixa, mas como espaço produzido entre trocas, entre cruzamento de fronteiras e fluxos. É aqui que entra o problema do mapeamento cognitivo e da síntese social, na medida em que o primeiro se coloca como um fator mediador entre a experiência individual e a totalidade das estruturas sociais, enquanto o segundo se refere ao processo de abstração do pensamento humano, determinado por condições materiais existentes, ao mesmo tempo em que produz novas condições. Em ambos os casos, trata-se de nossa capacidade representativa e de concepção do lugar, que tanto implica em uma determinação individual quanto considera a totalidade das relações sociais ao nosso redor. Nesse sentido, com o capitalismo e a instauração de uma rede global de poder, observamos como a diversidade de saberes e práticas locais se torna esmagada sob a égide do Capital – a natureza é apropriada enquanto recurso, os saberes tradicionais são marginalizados e os indivíduos são submetidos à pauperização e exploração.

A contribuição de J.-P. Caron retoma o problema do mapeamento cognitivo abordado por Ferreira em uma chave diferente: trata-se de tomar a base Althusseriana assumida pelo próprio Jameson para seu projeto- mapeamento cognitivo como extensão da prática ideológica, ou seja, da tentativa de fornecer uma imagem da relação entre o sujeito cognitivo e a realidade social da qual ele participa- e compará-la com os problemas levantados por Wilfrid Sellars com relação à constituição histórica da ciência (para ele "imagem científica") a partir do que ele chama "imagem manifesta". A comparação se torna especialmente profícua quando se considera que, tanto para Sellars quanto para Althusser, a ciência se caracteriza pela tendência à expulsão do sujeito cognitivo da imagem que propõe do mundo. Neste contexto, um conjunto de questões aparece que é abordado no ensaio de Caron: qual seria então o papel do conhecimento propriamente científico na prática política de crítica do Capital? Que relação este conhecimento pode ter com uma prática dita *ideológica* de mapeamento cognitivo? Qual seria uma forma adequada de compreender efetivamente o que é a ideologia e o que Sellars pode oferecer ao quadro de referência de Althusser na compreensão destes problemas? Ao abordar estas e outras questões, o ensaio procura encontrar a *alavanca* que ao mesmo tempo une e separa o ponto de vista da ciência e o ponto de vista da ideologia, desta maneira respondendo ao problema apontado ao althusserianismo sobre a relação entre objeto real e objeto teórico. Deste modo se mostra, afinal, que esta relação só pode ser realmente esclarecida quando se assume o ponto de vista da *reprodução do capitalismo*, ponto de vista este que permite ao autor ao final do ensaio levantar a questão novamente do sistema mundo e do ponto de vista cognitivo da periferia, ecoando outras contribuições do presente volume.

Em relação à contribuição de Ivan de Oliveira Vaz, observa-se um trabalho comparativo entre dois intelectuais separados geográfica e historicamente, que, contudo, resguardam mais similaridade teórica do que se percebe à primeira vista, sendo eles Badiou e Paulo Arantes. A distância que afasta ambos, visto ser o primeiro oriundo das áreas centrais do capitalismo ocidental e o último "um teórico da periferia do capitalismo", é mitigada sobretudo no que se refere a afinidades de ordem política e da leitura da história. Mobilizando incialmente a leitura hegeliana sobre o tempo, o autor aponta sobre como a posição aranteana envolveria o diagnóstico sobre um tempo de expectativas decrescentes que envolvem a política. Nesse ponto, ressalta-se o projeto de Arantes no que concerne à tentativa radical de dialetização do materialismo de Marx, buscando encontrar a possibilidade de emancipação política. Já no que concerne a Badiou, o autor se detém sobre a visão do filósofo no que se relaciona à deterioração do político e a política do proletariado como estando em exceção interna à política da burguesia. Além disso, há a abordagem matemática da multiplicidade em que a história deixa de ser entendida como totalidade de acontecimentos – e utilizando-se da matemática, Badiou pensaria em um novo sujeito histórico.

Como conclusão do nosso número, Luiz Eduardo Kogut apresenta uma interessante contribuição sobre a noção de cosmotécnica, desenvolvida por Yuk Hui, articulando-a a uma crítica ao universalismo global no que se refere à técnica e arte ocidentais. O autor aponta para como a relação entre o trabalho técnico e os desenvolvimentos históricos se pauta a partir de uma localidade, de modo a fundar cosmologias locais – visões filosóficas e procedimentos de pensamento que cada contexto geográfico desenvolve diferencialmente. Nesse sentido, haveria uma padronização e sincronização global efetuada pelo Capital: a partir da modernidade capitalista, padrões ocidentais referentes às técnicas são impostos para todo o globo, com a colonização apagando as cosmotécnicas regionais que são vistas como tradicionalmente arcaicas. Há, desse modo, uma uniformização tanto no que se refere à técnica quanto ao pensamento científico. Um campo que especialmente padeceria desse processo de padronização seria a arte, pois a estética se perderia em uma "circularidade tecnológica", renunciando a seu contato com o mundo e respondendo apenas aos critérios da tecnologia moderna. Assim, o apagamento de cosmologias locais, ao estarem submetidas a um universalismo global, envolveria a

própria perda da multiplicidade de experiências técnicas e de compreensões de mundo geograficamente posicionadas.

Desse modo, encerramos nosso número, que apresentou como problema central a relação entre o global e o local no que se refere ao sistema capitalista. Nos textos oferecidos, observa-se a própria tensão contraditória das especificidades do Capital: que, mesmo tendo uma tendência globalizante e de padronização produtiva e política, assim como de relações sociais, expressões culturais e modos de vida, não deixa de apresentar particularidades em um aspecto geograficamente localizado. O âmbito regional não pode, assim, ser entendido como absolutamente desconectado do seu âmbito global: uma vez articulado e integrado a um sistema que se propaga em escala planetária, trata-se antes de uma integração não massiva ou plena, mas em uma dinâmica de heterogeneidade e desequilíbrio, que buscamos pontuar ao longo do presente volume.